



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 39/2024

OBJETO	Contratação de serviços de manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra , conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas , parte integrante do Edital.
---------------	---

PROCESSO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	LICITAÇÃO N°	UASG
CMSP-PAD-2024/00613	MENOR PREÇO	39/2024	925109

Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial da Cidade de São Paulo e Jornal de Grande Circulação em **13/02/2025**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:	ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
www.gov.br/compras	A partir de 13/02/2025

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

27/02/2025 às 14h30 (Horário de Brasília)

ME/EPP	VISTORIA	AMOSTRA/ PROVA DE CONCEITO
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO SE APLICA	<input checked="" type="checkbox"/> SIM (devendo ser agendada com a Equipe de Zeladoria (SGA-33) via e-mail: sga33@saopaulo.sp.leg.br ou Tel.: (11) 3396-4270 ou (11) 3396-5304	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO

INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TERMO DE CONTRATO	<input checked="" type="checkbox"/> VALOR TOTAL MENSAL

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Item 7 do Edital

PROPOSTAS

Item 4 do Edital e Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações

IMPORTANTE:

Serão **desclassificadas** as propostas que deixarem de considerar os subitens previstos no item **4.4 do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES AO EDITAL (Item 12 do Edital)

Até três dias úteis antes da abertura da Sessão Pública, exclusivamente pelo e-mail:
cjl@saopaulo.sp.leg.br.

Outras informações poderão ser obtidas no **Portal Transparência da CMSP**, através do endereço: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/> pelo e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br ou pelo telefone: (11) 3396-3934 ou ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas, através do endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024	3
1. DO OBJETO.....	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
8. DOS RECURSOS.....	22
9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO	23
10. DA GARANTIA CONTRATUAL	24
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	25
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	28
TERMO DE REFERÊNCIA	28
1. DO OBJETO.....	28
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	28
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	29
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	31
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	42
6. VIGÊNCIA	55
7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	55
8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	55
9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	57
10. SANÇÕES	57
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES	60
ANEXO II-A DA PROPOSTA DE PREÇOS	63
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	63
ANEXO II-B DA PROPOSTA DE PREÇOS	64
MODELO DE DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO DO	64
PERCENTUAL MÉDIO DO PIS/COFINS REFERENTE AOS DOZES ÚLTIMOS MESES	64
ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	66
MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DESENQUADRAMENTO DO SIMPLES NACIONAL	80
ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	81
ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	82



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, mediante Pregoeiro designado pelo Secretário Geral Administrativo, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Sistema de Compras do Governo Federal”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024**, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento **MENOR PREÇO**, objetivando a contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital, que será processada e julgada em conformidade com Decreto nº 62.100/2022 c/c Ato CMSP no 1.564/2023; Leis Federais nº 14.133/2021 e suas alterações; Lei Complementar Federal nº 123/06, e suas alterações, Ato CMSP nº 1137/11, bem como pelas demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

II - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

VISTORIA FACULTATIVA: A vistoria facultativa ocorrerá em dias úteis, no período de 13/02/2025 a 26/02/2025, das 10h às 17h, nos termos do item **7.1.5.2** do Edital, e deve ser agendada com a **Equipe de Zeladoria (SGA-33)** via e-mail: sga33@saopaulo.sp.leg.br ou Tel.: (11) 3396-4270 ou (11) 3396- 5304.

CONSTITUEM ANEXOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

- ANEXO I Termo de Referência - Especificações Técnicas
- ANEXO II Modelo de Proposta de Preços e Declarações
 - ANEXO II-A Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços
 - ANEXO II-B Modelo de Declaração de Apuração do Percentual Médio do Pis/Cofins Referente aos Dozes Últimos Meses
- ANEXO III Minuta do Termo de Contrato
- ANEXO IV Modelo de Planilha de Análise Econômico-Financeira
- ANEXO V Modelo de Ordem de Início dos Serviços



Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (UASG: 925109), por meio da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sediada no Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista - São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

1.2. A licitação será realizada em único lote.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados

com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

2.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte **CONTRATADA** deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil, conforme previsto na Resolução CGSN - Comitê Gestor do Simples Nacional nº 140, de 22 de maio de 2018, até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do Contrato, apresentando, no mesmo prazo, o comprovante da referida comunicação à gestão do contrato, sob pena de rescisão contratual.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.2. aquele que, pessoa física ou jurídica, mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de São Paulo ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.5. agente público da Câmara Municipal de São Paulo, ainda que indiretamente, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo;

2.7.6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.7. sociedade cooperativa de que trata o art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, devendo ser observadas as situações que

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7.10. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.7.11. enquadradas nas disposições do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.7.12. pessoas jurídicas condenadas por improbidade administrativa, quando a sentença judicial impuser proibição de contratar com o Poder Público

2.7.13. aquelas que, por qualquer outra razão, foram sancionadas com impedimento de licitar e contratar com Poder Público ou declaração de inidoneidade por força de lei.

2.8. A verificação de quaisquer situações relacionadas no item anterior pode ser realizada mediante consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros.

2.9. O impedimento de que trata o item **2.7.1** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A vedação de que trata o item **2.7.5** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (com duas casas decimais) ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. A falsidade das declarações de que trata o item **3.3** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.8** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor mensal e valor anual.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. As empresas do lucro real devem cotar os percentuais de PIS e COFINS que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), conforme modelo declaração constante no **Anexo II-B** do Edital.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Em decorrência de sua condição de empregadora, a **CONTRATADA**, além de arcar com todos os encargos, inclusive sociais, deverá, também, **cumprir integralmente** as obrigações decorrentes do estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho adotada.

4.9. Eventual inadimplência de qualquer uma destas exigências, de nenhuma forma implicará em ônus do objeto do ajuste nem em transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**.

4.10. A empresa deverá, **obrigatoriamente**, fornecer os seguintes itens, independente do previsto na Convenção Coletiva utilizada: Vale Transporte, Vale Refeição e Uniforme.

4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11.1. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

4.12. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL MENSAL**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá o **modo de disputa aberto**.

5.11. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável a critério da Administração, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme **Anexo II - Modelo de Propostas de Preços e Declarações**, acompanhada do **Anexo II-A - Planilha de Custos e Formação de Preços, comprovante do FAP-WEB e, se a licitante for optante do lucro real, do Anexo II-B - Modelo de Declaração de Apuração do Percentual Médio do Pis/Cofins Referente aos Doze Últimos Meses**, bem como, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.4.1. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de considerar os subitens previstos no item **4.4** do Anexo I - Termo de Referência.

5.18.4.2. A licitante poderá obter modelo da **Planilha de Custos e Formação de Preços** através do link: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>

5.18.4.2.1. O modelo disponibilizado pela Administração não tem caráter obrigatório, podendo a empresa apresentar sua planilha detalhada de custos e formação de preços em formato distinto.

5.18.4.2.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá utilizar a metodologia da [Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão](#).

5.18.4.3. A licitante poderá obter o documento FAP-WEB através do link: <https://fap.dataprev.gov.br/>

5.18.4.4. A licitante deverá indicar, no **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços e Declarações**, a **Convenção Coletiva de Trabalho vigente, de cada categoria profissional**, utilizada na formulação dos preços.

5.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.19. O anexo da proposta de preços nos moldes do **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações** deverá ser apresentada após a fase de negociação, conforme item **5.18.4**.

5.20. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

5.20.1. Preços expressos em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas decimais, computados todos os demais custos, inclusive frete e demais encargos que incidam sobre o objeto.

5.20.1.1. Havendo divergência entre os valores consignados na Proposta e os valores lançados no formulário no sistema, ofertados na etapa de lances ou negociados, prevalecerão estes últimos.

5.20.1.2. Declarar expressamente que o preço total cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

5.20.1.3. Não será admitida cotação inferior à quantidade total prevista neste edital.

5.20.1.4. A ausência, na Proposta de Preços, de qualquer um dos itens constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas** ensejará em sua desclassificação.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e
- c) Consulta à relação de apenados com impedimento de Contratar/Licitatar com a administração pública do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. deixar de considerar os subitens previstos no item 4.4 do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas.

6.6.2. conter vícios insanáveis;

6.6.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

6.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, inclusive quanto aos preços unitários.

6.7.1. Poderá ser recusada a proposta de preços que apresentar valor unitário ou global superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante.

6.7.2. A proposta de preços que apresentar valor unitário superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante, mas apresentar o valor global inferior a esta, somente poderá ser aceita com a apresentação de razões devidamente fundamentadas que embasem a apreciação do Pregoeiro.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Caso atendidas as condições prévias de participação no certame, conforme **item 2**, será verificado se a licitante cumpre os requisitos de habilitação jurídica, habilitação fiscal, habilitação econômico-financeira e habilitação técnica, por meio dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser enviados, via sistema, pela licitante.

7.1.1. O registro no SICAF poderá substituir os documentos de habilitação jurídica e fiscal cujas informações estejam nele contidas.

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.2.1. Sociedade limitada unipessoal: contrato social em vigor e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial, ainda que conste no registro como empresa individual de responsabilidade limitada.

7.1.2.2. Sociedades por ações e sociedades limitadas que assumirem feição empresarial: ato constitutivo registrado na Junta Comercial, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.

7.1.2.3. Sociedade simples, inclusive sociedades limitadas com essa natureza, bem como associações e fundações: ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.

7.1.2.4. Empresário Individual: ficha de empresário individual registrado na Junta Comercial.

7.1.2.5. Sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedida pelo órgão competente.

7.1.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.1.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.1.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.3.3. Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União.

7.1.3.4. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado do domicílio ou da sede da licitante.

7.1.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede da licitante relativamente aos tributos mobiliários;

7.1.3.5.1. Certidão unificada por CPF/CNPJ raiz relativa ao Município de São Paulo;

7.1.3.6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF.

7.1.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.3.8. Os documentos referidos no item **7.1.3** e seus subitens poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.1.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.4.1. Certidão negativa de pedido de falência ou de ações de insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento.

7.1.4.1.1. A licitante que se encontrar em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, em que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.1.4.2.1. A licitante constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá apresentar os documentos previstos no subitem **7.1.4.2** relativos tão somente ao último exercício financeiro.

7.1.4.2.2. A licitante criada no exercício financeiro desta licitação poderá apresentar o balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, em substituição aos documentos previstos no subitem **7.1.4.2**.

7.1.4.3. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

7.1.4.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 ($=$ ou $>$ 1), apurado através das fórmulas constantes do **Anexo V - Modelo de Planilha de Análise Econômico-Financeira**.

7.1.4.3.1.1. As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem **7.1.4.3.1**, deverão comprovar que possuem patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

7.1.4.4. No caso de sociedade anônima o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis deverão ser acompanhados da ata de aprovação devidamente arquivada no registro competente.

7.1.4.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

7.1.4.5.1. Publicados em Diário Oficial, ou;

7.1.4.5.2. Publicados em jornal de grande circulação, ou;

7.1.4.5.3. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente ou;

7.1.4.5.4. Por cópia ou fotocópia do livro diário, inclusive dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, ou;

7.1.4.5.5. Caso a licitante esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar o recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme previsto no § 1º do artigo 78-A do Decreto Federal nº 8.683/2016.

7.1.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.1.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou serviços compatíveis com a descrição do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, comprovando **serviços de manutenção e conservação predial, com fornecimento de mão de obra e ferramental**, em características semelhantes a do objeto desta licitação, de acordo com a parcela de maior relevância destacada a seguir.

7.1.5.1.1. Considerar-se-á compatível com o objeto licitado a prestação de serviços de manutenção e conservação predial, com fornecimento de mão de obra e ferramental, por **período não inferior a 3 (três) anos**, com:

7.1.5.1.1.1. no mínimo, 05 (cinco) das seguintes funções, entendidas estas como funções de maior significância no total: encarregado, ajudante geral, encanador, marceneiro, pedreiro, persianista, pintor, vidraceiro, eletricista e serralheiro, indicadas no item 4.3.1 do Anexo I – Termo de Referência, **em edifício com área mínima de 40.000 m2 (quarenta mil metros quadrados)**;

7.1.5.1.1.2. bem como **software dedicado ao sistema de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva com controle de ordem de serviços e filtros para pesquisa**.

7.1.5.1.2. Será admitida a somatória de atestados para comprovação da experiência da licitante, sendo que em relação aos períodos, estes deverão ser subsequentes e contínuos, sendo vedada a sobreposição de períodos concomitantes e intervalos entre os períodos.

7.1.5.1.3. O(s) atestado(s) / certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) com timbre do emissor e assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação completa do órgão e do representante que o(s) subscreve(m).

7.1.5.1.4. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documentos(s) referente(s) aos bens fornecidos à Câmara Municipal de São Paulo, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

7.1.5.1.5. Se os atestados estiverem em língua estrangeira, compete à licitante providenciar sua tradução para o vernáculo, bem como comprovar o atendimento de requisitos legais perante o direito estrangeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.1.5.2. “Declaração de vistoria prévia” ou “Declaração de conhecimento do local de prestação de serviços”.

- 7.1.5.2.1.** A licitante pode tanto optar por inspecionar os locais onde serão realizados os serviços referentes ao objeto deste edital, bem como os detalhes inerentes à execução, ou declinar desse direito, firmando declaração conforme modelo do **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações**.
- 7.1.5.2.2.** O agendamento de vistoria prévia se fará de acordo com as informações constantes no preâmbulo deste edital, devendo ser realizada por responsável integrante do quadro da licitante ou pessoa portando identificação e qualificada por ela.
- 7.1.5.2.3.** A vistoria será feita à custa da licitante interessada em participar do processo licitatório, não cabendo pleito posterior de indenização por despesas realizadas durante a vistoria ou com qualquer outro trabalho que a licitante tenha realizado para poder participar do certame.

7.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.2.1. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

7.2.1.1. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos também será feita somente em relação ao licitante vencedor.

7.2.1.2. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, os documentos serão exigidos de todos os licitantes.

7.2.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.2.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido pelo Pregoeiro, prorrogável, contado da solicitação do pregoeiro.

7.2.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.2.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.2.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.2.4. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pela licitante.

7.2.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.2.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.

7.2.7. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal e trabalhista, certidões positivas com efeito de negativas.

7.2.8. As certidões/declarações que não tiverem estampado em seu corpo o prazo de validade serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados de sua expedição, excetuando-se a certidão exigida no subitem **7.1.4.1** cuja validade será de até 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura do certame.

7.2.9. Todos os documentos expedidos pela pessoa jurídica deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

7.2.10. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ e respectivo endereço. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

7.2.11. Documentos de habilitação técnica serão aceitos em nome da matriz.

7.2.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.13. A comprovação da regularidade fiscal poderá ser efetuada pelo Pregoeiro, por meio de consulta ao SICAF, exclusivamente quanto aos documentos dele constantes que estejam dentro do prazo de validade, dispensada nova emissão.

7.2.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.2.14. Os documentos emitidos via internet, incluindo os constantes do SICAF, poderão ser objeto de diligência.

7.2.15. Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos que apenas configurem o seu requerimento.

7.2.16. A regularidade do SICAF é verificada automaticamente pelo sistema quando do credenciamento da licitante.

7.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.2.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata os subitens anteriores.

7.2.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida e deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7. A autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação enviada ao e-mail cjl@saopaulo.sp.leg.br.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

9.1. O prazo para assinatura do termo de contrato será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da convocação, atendendo as seguintes disposições:

9.1.1. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos já apresentados por ocasião da habilitação, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso I do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

9.1.2. No ato da assinatura do contrato, a **CONTRATADA**, se o caso, deverá também assinar **TERMO DE COMPROMISSO DE DESENQUADRAMENTO DO SIMPLES NACIONAL**, conforme Modelo constante do Anexo Único da Minuta do Termo de Contrato, em atendimento ao disposto na Resolução CGSN nº 140/2018 da Receita Federal do Brasil.

9.2. O termo de contrato deverá ser assinado pelo atual representante legal da adjudicatária (Diretor, Sócio da Pessoa Jurídica ou Procurado) mediante apresentação de instrumento de ato constitutivo, ata de eleição de diretoria, instrumento de procuração, entre outros que demonstrem poderes para tanto.

9.3. O termo de contrato deverá ser assinado, preferencialmente com assinatura eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil no mesmo prazo indicado no item **9.1**.

9.4. A critério da Administração, o prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.5. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pela licitante vencedora, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação da penalidade prevista neste edital.

9.5.1. Em seguida, desde que observado o valor estimado e sua atualização, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária.

Frustrada a negociação, é lícito à Administração adjudicar e celebrar contrato nas condições oferecidas.

9.5.2. Faculta-se, ainda, a convocação de demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de serviço em consequência de rescisão contratual, observado o item acima.

9.6. Na hipótese de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destas.

9.7. Os elementos do ajuste serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizadas por meio do Programa Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato de Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a implementação do Programa Dados Abertos do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

9.8. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

9.9. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no Diário Oficial do Município de São Paulo.

9.10. No momento da contratação, bem como nos casos de eventual prorrogação do ajuste, a **CONTRATANTE** deverá consultar os cadastros previstos no item **2.8**, a fim de verificar eventual impedimento de contratar com a Administração Pública.

10. DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A **CONTRATADA** deverá recolher a garantia da execução contratual no importe de 5% (cinco por cento) do valor total a ser contratado, em uma das modalidades prevista no § 1º, do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data de convocação para assinatura do Termo de Contrato, com exceção do seguro-garantia, conforme o disposto no **subitem 10.2**.

10.1.1. Caso o valor do Contrato seja alterado, nas hipóteses previstas na Lei, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

10.2. Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia, a apólice deverá indicar a **CONTRATANTE** como beneficiária, e deverá ser prestada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá:

- I. Conter expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento a **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

- II. Conter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
- III. Ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.4. Se a opção for caução em dinheiro ou título da dívida pública, este deverá:

- I. Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II. Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.5. Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

10.6. A garantia terá validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. São aplicáveis pela Administração, garantida a defesa prévia, as sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e demais normas pertinentes, assim como as abaixo especificadas.

11.2. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em relação à exigida neste Edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de intimação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nos subitens **11.3** **11.4** e **11.5**, a critério da Administração.

11.3. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Câmara Municipal de São Paulo, em assinar o contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta final. Poderá ser considerada como recusa injustificada a não apresentação das Certidões exigidas nos termos do mesmo subitem.

11.4. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

11.5. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.6. As demais multas relativas à execução contratual são as constantes do **Anexo III – Minuta de Termo de Contrato**.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser encaminhados ao e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

12.3.1. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Fica assegurado à CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulá-la, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.11. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.12. O Foro para dirimir questões relativas ao presente certame será o da Comarca de São Paulo-SP, com exclusão de qualquer outro.

13.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (PNCP) e no seguinte endereço eletrônico <http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

**Persio Tadao Soli
Pregoeiro**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00613

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de serviços de manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A demanda está prevista no orçamento do presente exercício, sob o IPO (Item de Previsão Orçamentária 24090033).
- 2.2.** A presente aquisição fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar 38/2024.
- 2.3.** A contratação de serviços de manutenção e conservação predial é imprescindível para o bom funcionamento da Casa. O Palácio Anchieta já possui mais de 50 anos e com isso demanda uma manutenção periódica de suas dependências, não obstante todo o entorno tais como as duas praças (Paulo Kobayashi e Vladimir Herzog), perfazendo mais de 80.000 m² (oitenta mil metros quadrados). Também, pela natureza dos trabalhos do legislativo com suas trocas de legislaturas e conseqüentemente mudanças de gabinetes de vereadores torna-se ainda mais necessária uma equipe fixa de manutenção para atuarem nas adaptações necessárias. Anualmente são atendidas por volta de 2.000 (duas mil) ordens de serviços de todas as funções, desde a mais simples como troca de lâmpada como as mais complexas como manutenção completa de gabinete.
- 2.4.** Não haver contratação do objeto trará o risco de tornar as dependências da Casa deterioradas, impossibilitando o uso.
- 2.5.** A última contratação, ainda vigente (TC 03/2024), houve um aditamento no qual a equipe alocada foi adequada às demandas atuais da Casa, reduzindo de 38 postos de trabalho para os atuais 34 postos.
- 2.6.** O fornecimento do objeto é enquadrado como continuado podendo ter vigência plurianual para atender o princípio da economicidade referente aos custos do processo licitatório.
- 2.7.** Parcelar a contratação em postos de trabalho não é viável, pois se trata de postos totalmente relacionados, além de deixar a gestão dos possíveis contratos complexa, as mesmas

empresas de terceirização de mão de obra fornecem mão de obra para todos os postos requisitados.

- 2.8.** Há diversas Atas de Registro de Preços vigentes destinadas a fornecerem materiais para a prestação dos serviços, tais como: nº 01/2024 (perfis de alumínio para divisórias), 06/2024 (cabos elétricos), 02/2023 (tintas e afins), 07/2024 (vidros e afins) e 09/2024 (painéis e portas de divisórias). Há o TC nº 53/2019 que trata da manutenção de máquinas e equipamentos que em sua maior parte são utilizados pelo contrato de manutenção predial. Também, as contratações de rede wireless e da TV Câmara são correlatas porque demandam dos serviços de manutenção predial para suporte da execução dos serviços dos seus respectivos contratos.
- 2.9.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois se trata de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, não comportando variações qualitativas em decorrência da atuação do fornecedor. Ainda, o objeto é compatível apenas com o critério de julgamento menor preço, pois o edital define, desde logo, atributos técnicos mínimos, de modo que, uma vez atendidos, o que resta é a seleção da proposta pelo aspecto econômico. Quanto ao modo aberto, seu benefício consiste na dinâmica competitiva, consubstanciada no incremento sucessivo das propostas, e na celeridade processual, enquadrando-se nas características descritas no Art. 6, Inc XIII, Lei 14.133/21.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** A empresa deverá ter em seus quadros, ou na condição de sócio ou diretor; ou mediante vínculo de contrato de prestação de serviços engenheiro civil e engenheiro eletricitista devidamente registrados no CREA, que deverão ser os responsáveis técnicos pela execução dos serviços e pelo recolhimento das ARTs relativos a este Contrato.
- 3.1.1.** A comprovação de que os engenheiros responsáveis técnicos pertencem ao quadro da **CONTRATADA** deve ser feita através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho com a devida anotação de emprego na empresa licitante, ou contrato de prestação de serviços, ou contrato social, no caso de sócio ou diretor, e deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato. A não apresentação sujeitará a **CONTRATADA** as penalidades previstas no Termo de Contrato.
- 3.2.** Considerando que se trata de serviço de mão de obra, com dedicação exclusiva, e que a futura Contratada deve demonstrar capacidade de disponibilizar equipe de profissionais nos quantitativos e com as características solicitadas, será exigida qualificação técnica de acordo com subitem **8.5.2**.
- 3.3.** Será exigida a garantia da contratação, considerando que se trata de contratação de serviços com mão de obra alocada, assegura deste modo o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos funcionários alocados, entre outros, caso a **CONTRATADA** venha a não arcar com tais obrigações.

- 3.3.1.** O edital e a minuta do contrato oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 3.4.** Considerando as características dos serviços descritos nesse termo, convém a realização de vistoria prévia no local de execução.
- 3.4.1.** A realização da vistoria deverá ser realizada de acordo com o subitem **8.4** deste Termo de Referência.
- 3.5.** Exigência de sede no município de São Paulo ou da grande São Paulo, para que seja possível encaminhar eventuais coberturas de faltas dentro do período previsto em contrato.
- 3.6.** Em relação à remuneração dos funcionários, será exigida qualificação salarial conforme descrito no subitem **4.4.1**, de acordo com a fundamentação constante do ETP 38/2024.
- 3.7.** Atendimento a normas de segurança e medicina do trabalho, conforme item **5.8** deste Termo de Referência.
- 3.8.** Deverão ser observadas as providências para a **proteção dos dados pessoais**:
- 3.8.1.** A **CONTRATADA** se compromete a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, inclusive na forma da Lei Federal no 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 3.8.2.** A **CONTRATADA** se obriga a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais coletados em razão da execução do objeto deste contrato, garantindo sua proteção contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- 3.8.3.** O tratamento de dados pessoais será realizado nos estritos limites da consecução do objeto deste contrato ou do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.
- 3.8.4.** Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito **da CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- 3.8.5.** Sempre que constatar acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito por parte de seus colaboradores, diretores ou prepostos, a **CONTRATADA** imediatamente comunicará **à CONTRATANTE**, colaborando,

inclusive, com eventual comunicação de ocorrência de incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

3.8.6. Ao fim do serviço, a **CONTRATADA** adotará todas as medidas visando à eliminação dos respectivos dados pessoais de seu banco de dados, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD.

3.8.7. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento de qualquer das obrigações relativas à proteção de dados pessoais.

3.8.8. Todas as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, inclusive sigilo e confidencialidade, permanecerão em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Contratação de serviços de manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

4.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.2.1. Os serviços a serem executados deverão abranger todos os espaços do edifício Palácio Anchieta, compreendendo as áreas internas e externas dos 1º, 2º, 3º subsolos e térreo, dependências do 1º ao 13º andar, marquise do 3º andar, terraço superior (heliponto), prédio anexo, 3 (três) módulos de escadas de segurança, dependências do Edifício Garagem e Praças Paulo Kobayashi e Vladimir Herzog, perfazendo área de aproximadamente 79.000 m² (setenta e nove mil metros quadrados) e área livre de aproximadamente 2.198 m² (dois mil, cento e noventa e oito metros quadrados).

4.3. DO QUADRO DE PESSOAL

4.3.1. Para realização dos serviços, objeto do presente, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar equipe de trabalho composta por profissionais habilitados e qualificados para cumprir jornada de trabalho e programa de serviços definidos pela **CONTRATANTE** conforme abaixo:

PROFISSIONAL	QUANTIDADE
ENCARREGADOS GERAIS	02
ENCARREGADO	01
AJUDANTES GERAIS	04
ENCANADORES	04
MARCENEIROS	04
PEDREIRO	01
PERSIANISTA	01

PINTORES	03
VIDRACEIROS	02
ELETRICISTAS	09
SERRALHEIROS	02
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01
TOTAL	34

4.3.2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA:

4.3.2.1. DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

- 4.3.2.1.1.** A experiência será demonstrada por meio de apresentação do certificado do curso de qualificação profissional com a carga horária de 160 horas/aula ou, se for o caso, de 200 (duzentas) horas/aula (eletricista), **ou** por meio de experiência mínima exigida, mediante apresentação de cópia do contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, conforme o caso.
- 4.3.2.1.2.** A comprovação das exigências de que trata o item **4.3.2.1.1** deverá ser entregue pela **CONTRATADA** em até 10 dias após a assinatura do Contrato.

4.3.2.2. DO ENCARREGADO GERAL

- a) Qualificação:** ensino nível médio e técnico em edificações ou segurança do trabalho ou engenharia ou experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade, conhecimentos básicos de informática (internet/word/excel) e espírito de liderança e espírito de liderança.
- b) Atribuições:** coordenar os trabalhos dos integrantes da equipe, inclusive dos demais encarregados, supervisionando a distribuição do trabalho da sua equipe, de modo que as tarefas sejam realizadas com qualidade adequada, no mínimo tempo; submeter ao Gestor os nomes de novos integrantes da equipe, providenciando e encaminhando as relações atualizadas dos componentes da equipe, e juntando as documentações exigidas; elaborar e encaminhar ao Gestor o relatório diário de ponto; elaborar juntamente com o Gestor, cronograma de atividades de manutenção preventiva.

4.3.2.3. DO ENCARREGADO

- a) Qualificação:** ensino fundamental completo e conhecimentos básicos de informática (internet/word/excel).
- b) Atribuições:** distribuir as tarefas para execução diária; supervisionar todos os serviços objeto deste Memorial Técnico Descritivo, zelando

pela qualidade e administração do tempo; cumprir e fazer cumprir a periodicidade dos serviços a serem executados diariamente, semanalmente e mensalmente; controlar a frequência, comportamento e qualidade dos serviços dos funcionários da **CONTRATADA**; fiscalizar o uso e distribuição dos materiais e equipamentos, verificar e garantir diariamente as condições de uniformes, EPI's e EPC's, receber, analisar, e repassar o ordenamento determinado pelo encarregado geral.

4.3.2.4. DO AJUDANTE GERAL

- a) **Qualificação:** ensino fundamental incompleto;
- b) **Atribuições:** Auxiliar os profissionais de manutenção na execução das tarefas; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.5. DO ENCANADOR

- a) **Qualificação:** ensino fundamental completo;
- b) **Experiência mínima exigida:** curso de qualificação profissional, com mínimo de 160 horas/aula ou experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade;
- c) **Atribuições:** Execução de manutenção preventiva ou corretiva nos sistemas hidráulicos – sanitários; Serviços de instalação e manutenção de bombas de recalque; Inspeccionar diariamente sanitários efetuando reparos em torneiras, sistemas de descarga; Desentupir pias, ralos, vasos sanitários e redes de esgoto ou de águas pluviais; Efetuar instalação de tubulações em bebedouros, tanques, chuveiros, pias, banheiros; Efetuar periodicamente, limpeza e manutenção de bombas de recalque, sistema de captação de águas pluviais, caixas de inspeção e/ou gordura; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.6. DO MARCENEIRO

- a) **Qualificação:** ensino médio completo;
- b) **Experiência mínima exigida:** curso de qualificação profissional, com mínimo de 160 horas/aula ou experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade;
- c) **Atribuições:** Realizar reparos em móveis; Remover e/ou instalar portas; Confeccionar peças de mobiliário, havendo condições, para recompor as peças danificadas; Instalações de fechaduras; Instalação, manutenção, remanejamento de painéis de divisórias de madeira; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.7. DO PEDREIRO

- a) **Qualificação:** ensino fundamental completo;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- b) **Experiência mínima exigida:** curso de qualificação profissional com mínimo de 160 horas/aula ou experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade;
- c) **Atribuições:** execução de serviços de alvenaria; compor mistura de argamassa, concreto e outros; Realizar acabamento em massa grossa, fina e corrida; Nivelar pisos e tetos; Realizar trabalhos de manutenção, reparando paredes e pisos; Assentar tijolos, blocos, pisos, azulejos e lajotas; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.8. DO PERSIANISTA

- a) **Qualificação:** ensino fundamental completo;
- b) **Atribuições:** Manutenção e instalação de persianas, retirando e substituindo partes danificadas; Limpeza e/ou lavagem de persianas; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.9. DO PINTOR

- a) **Qualificação:** ensino fundamental completo;
- b) **Experiência mínima exigida:** curso de qualificação profissional com mínimo de 160 horas/aula ou experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade;
- c) **Atribuições:** Preparação de superfícies a serem pintadas, raspando-as, lixando-as, e removendo tintas e impurezas; Preparar tintas, misturando-as, adicionando diluentes, secantes e pigmentos; Proteger as partes que não serão pintadas, recobrindo-as com papel, fita crepe; Pintar portas, paredes, grades, janelas, forros; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.10. DO ELETRICISTA

- a) **Qualificação:** ensino médio completo;
- b) **Experiência mínima exigida:** curso de qualificação profissional com mínimo de 200 horas/aula em conformidade com a NR-10 e experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade;
- c) **Atribuições:** Executar os serviços de manutenção elétrica em baixa tensão, instalando, reparando e/ou substituindo tomadas, fiações, lâmpadas, painéis, bombas de recalque, para-raios, aterramento e todos os demais componentes das instalações elétricas; Montar e/ou reparar instalações de baixa ou média tensão; revisão e limpeza; balanceamento de cargas; Conhecer diagramas unifilares e multifilares de circuitos de instalações elétricas prediais; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.11. DO VIDRACEIRO

- a) **Qualificação:** ensino fundamental completo;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- b) **Experiência mínima exigida:** curso de qualificação profissional com mínimo de 160 horas/aula ou experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade;
- c) **Atribuições:** Selecionar, trocar e cortar o vidro, baseando-se nas dimensões e tipo requeridos; Limpar os encaixes de molduras, possibilitando a aderência da massa de fixação; Dar acabamento ao trabalho, estendendo e alisando a massa para fixar o vidro e dar ao conjunto a aparência desejada; Fixar e montar vidros em quadros, portas e janelas; Manutenção de portas e painéis em vidro temperado e respectivas ferragens; Instalação de e manutenção de molas de pisos para portas em vidro temperado; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.12. DO SERRALHEIRO

- a) **Qualificação:** ensino fundamental completo;
- b) **Experiência mínima exigida:** curso de qualificação profissional com mínimo de 160 horas/aula ou experiência de 06 (seis) meses na mesma área de atividade;
- c) **Atribuições:** Consertos de ferragem em cadeiras, mesas, armários, arquivos; Executar soldas em esquadrias, portas, janelas, grades; Executar serviços de serralheria, trabalhando o material, medindo, riscando, furando, cortando, torcendo e unindo partes por meio de parafusos, rebites, solda e outros meios, de acordo com as especificações de projetos, para reparar, confeccionar e montar estruturas metálicas em geral; Confeção de grades, janelas, prateleiras; Executar outras tarefas correlatas.

4.3.2.13. DO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- a) **Qualificação:** ensino fundamental completo;
- b) **Experiência mínima exigida:** conhecimento de informática (internet/word/excel);
- c) **Atribuições:** administração das Ordens de Serviço no Sistema de Gerenciamento, organização das Ordens de Serviço para arquivo, emissão de documentos, planilhas e relatórios pertinentes, atendimento telefônico.

4.4. DA REMUNERAÇÃO E DOS BENEFÍCIOS

4.4.1. As remunerações previstas deverão cumprir as seguintes condições:

- 4.4.1.1. Para **todas as funções**, o valor mínimo a ser aceito será o piso previsto para cada função na Convenção Coletiva adotada, **desde que seja igual ou superior ao salário mínimo estadual de São Paulo**, acrescido de 40% (quarenta por cento), de acordo com a seguinte fórmula:

$$R \geq PS \times 1,40$$

R = valor mínimo a ser aceito para as remunerações

PS = Piso salarial previsto na CCT para cada função, desde que seja igual ou superior ao salário mínimo estadual de São Paulo

4.4.1.2. Para a função de Encarregado, além de cumprir a condição estabelecida no subitem 4.4.1.1, o valor mínimo a ser aceito não poderá ser inferior à remuneração de nenhuma das funções subordinadas, e, em relação ao total da composição da remuneração do Eletricista, deve ser no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) superior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$RE \geq REL \times 1,25$$

RE = valor mínimo para a remuneração do encarregado

REL = remuneração do eletricista (considerando o adicional de periculosidade)

4.4.1.3. Para a função de Encarregado Geral, além de cumprir a condição estabelecida no subitem 4.4.1.1, o valor mínimo a ser aceito deve ser, no mínimo, 40% (quarenta por cento) superior a remuneração do Encarregado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$REG \geq RE \times 1,40$$

REG = valor mínimo para a remuneração do encarregado geral

RE = remuneração do encarregado (cumprido o requisito do subitem 4.4.1.2)

4.4.2. A **CONTRATADA** deverá prever o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, conforme legislação em vigor.

4.4.3. A empresa deverá, obrigatoriamente, fornecer os seguintes itens, independente do previsto na Convenção Coletiva utilizada: Vale-Transporte e Vale-Refeição (inclusive nos sábados trabalhados) e Uniformes.

4.4.4. Em conformidade com o Ato nº 1140/2011, que dispõe sobre os preceitos relativos ao "Trabalho Decente" no âmbito das contratações de obras e serviços da Câmara Municipal de São Paulo, a **CONTRATADA** deverá fornecer **Integração Ônibus + Metrô/CPTM se esta modalidade de vale-transporte possibilitar menor tempo de deslocamento do colaborador até a sede da CONTRATANTE.**

4.4.5. Nenhum benefício concedido, bem como a remuneração dos empregados indicada na proposta inicial, poderá ser reduzido, suprimido ou retirado pela **CONTRATADA**, salvo alteração promovida **por negociação coletiva de trabalho** na respectiva Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo da Categoria.

4.4.6. A simples alteração da base sindical promovida, unilateralmente ou não, pela **CONTRATADA** não enseja a redução ou supressão de benefícios ou da

remuneração já incorporados nos contratos de trabalhos dos empregados da **CONTRATADA**.

4.5. DA JORNADA DE TRABALHO

4.5.1. A jornada de trabalho será de 44 horas semanais, incluindo o regime de plantão à distância, observando o seguinte:

- a) De segunda à sexta-feira, distribuídas no período das 7h às 19h, conforme a demanda de serviços necessários por profissional, de acordo com programa de serviços e escala definido pela **CONTRATANTE**.
- b) Os postos de encanador, eletricista e encarregado terá jornada até às 22h, de segunda à sexta e aos sábados, das 8h às 18h, com escala definida pela **CONTRATANTE**.
- c) O posto de **ENCARREGADO GERAL** deverá ter regime de plantão à distância aos domingos das 9h às 16h.

4.5.2. A **CONTRATANTE** poderá solicitar excepcionalmente à **CONTRATADA**, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a execução de trabalhos fora dos horários normais da **CONTRATADA**.

4.5.3. Em caso de suspensão do expediente, a critério do gestor, a compensação de horas dar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte à suspensão do expediente. As horas não compensadas serão descontadas do pagamento mensal à **CONTRATADA**.

4.5.4. A critério do gestor, as faltas de até 02 (dois) funcionários por dia, poderão ser compensadas em dia posterior, no mesmo mês ou em até 10 (dez) dias, desde que não ultrapassem o limite de 06 (seis) faltas acumuladas.

4.6. DOS UNIFORMES

4.6.1. A **CONTRATADA** deverá cuidar para que os profissionais sob sua responsabilidade para a prestação dos serviços apresentem-se asseados, trajando uniformes fornecidos às suas expensas.

4.6.2. O conjunto de uniforme deverá conter, no mínimo, as seguintes características, com sua substituição a cada 06 (seis) meses e/ou sempre que necessário:

DESCRIÇÃO	QTDE SEMESTRAL
Camiseta gola polo com bolso com emblema da CONTRATADA	02
Moletom ou blusa de frio com emblema da CONTRATADA	01
Calça jeans ou brim com emblema da CONTRATADA	02
Meia de algodão na cor branca	02
Bota com solado de borracha na cor preta	01

4.6.3. Todos os itens e especificações estarão sujeitos à prévia aprovação do Fiscal do Contrato e, a pedido dele, deverão ser substituídos caso possuam qualidade comprovadamente questionável ou que não atendam ao fim a que se destinam.

4.6.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos itens quanto ao tecido, cor, modelo, desde que aceitas pelo Fiscal do Contrato.

4.6.5. Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao Fiscal do Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega.

4.6.6. O conjunto de uniforme deverá ser substituído pelo equipamento/vestimenta pertinente quando de serviços específicos, conforme norma e legislação vigentes.

4.7. DAS FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS

4.7.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer smartphones a, ao menos, todos os encarregados da equipe de trabalho, capaz de proporcionar comunicação entre os membros da equipe da **CONTRATADA**, nas dependências da Câmara.

4.7.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer para uso, no primeiro dia de execução do contrato, mantidas como de sua propriedade, no mínimo, os seguintes ferramentais, considerando-se as marcas como meramente referenciais, quando indicadas:

4.7.2.1. Ferramentas por categoria para cada profissional:

Encarregado Geral / Encarregados
Trena digital a laser para 30 metros Ref: Makita

Encanador
Jogo de chave Allen pequeno Ref: Belzer
Jogo de Chave Fixa de 6 a 32 mm Ref: Belzer
Alicate Bico de Papagaio Ref: Belzer
Grifo nº 14 Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/2" x 10" Ref: Belzer
Chave de Fenda 3/8" x "6 Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/8" x 3" Ref: Belzer
Chave de Fenda 3/16" x 4" Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/4" x 5" Ref: Belzer
Chave de Fenda 5/16" x 6" Ref: Belzer
Chave Philips 1/8" x 6" Ref: Belzer
Chave Philips 3/16" x 4" Ref: Belzer
Chave Phillips 1/4" x 6" Ref: Belzer
Chave Inglesa de 8" Ref: Belzer
Maçarico manual com gás
Alicate tipo bomba d'água de 06 posições
Desentupidor manual de pia
Desentupidor manual de vaso sanitário
Maleta de Ferramenta Sanfonado de Plástico com Cadeado

Marceneiro
Alicate Rebitador Ref: Belzer



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Alicate Universal Ref: Belzer
Arco de Serra Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/2" x10" Ref: Belzer
Chave de Fenda 3/8" x 6" Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/8" x3" Ref: Belzer
Chave de Fenda 3/16" x4" Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/4" x 5" Ref: Belzer
Chave de Fenda 5/16" x 6" Ref: Belzer
Chave Philips 1/8" x 3" Ref: Belzer
Chave Philips 3/16" x 4" Ref: Belzer
Cortador de Fôrmica
Esquadro Grande
Formão de 1" Ref: Belzer
Formão de 1/4" Ref: Belzer
Formão de 3/4" Ref: Belzer
Formão de 3/8" Ref: Belzer
Formão de 5/8" Ref: Belzer
Furadeira e Parafusadeira à bateria
Jogo de Bits para parafusadeira Fenda e Phillips Ref: Makita
Kit Serra copo contendo 05 peças, diâmetros 19mm(3/4"), 25mm(1"), 38mm(1.1/2"), 51mm(2"), 64mm(2.1/2"), 76mm(3"), suporte para mandril de 13mm(1/2"), extensão para suporte de (Tipo Kit de Serras Copo Industrial KS291 Starett)
Lima Meia Cana
Lima Chata
Martelo de Unha
Martelo pequeno
Plaina n° 5 profissional
Serra Tico-Tico Profissional Ref: Makita
Trena 5 metros
Tupia de Fôrmica elétrica Ref: Makita
Maleta de Ferramenta Sanfonado de Plástico com Cadeado

Pedreiro
Desempenadeira de Plástico
Colher Média
Desempenadeira de aço dentado
Linha de pedreiro
Marreta de 1 Kg
Martelo de unha
Metro de bambu de 2 Metros



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Nível de madeira
Prumo de Centro
Prumo de Face
Ponteira
Régua de alumínio
Talhadeira
Brocha Quadrada
Turquesa
Marreta de 5 Kg
Maleta de Ferramenta Sanfonado de Plástico com Cadeado

Persianista
Alicate Universal Ref: Belzer
Alicate de bico Ref: Belzer
Tesoura para cortar lâmina de persiana
Tesoura para cortar Chapa
Trena de 3 metros
Chave de Fenda de 1/8" x 3" Ref: Belzer
Chave de Fenda de 3/16" x 4" Ref: Belzer
Chave de Fenda de 1/4" x 5" Ref: Belzer
Chave de Fenda de 5/16" x 6" Ref: Belzer
Chave Phillips de 1/8" x 3" Ref: Belzer
Chave Phillips de 3/16" x 4" Ref: Belzer
Maleta de Ferramenta Sanfonado de Plástico com Cadeado

Pintor
Chave de fenda 3/16x4 Ref: Belzer
Alicate universal Ref: Belzer
Betumadeira média
Espátula Celuloide
Chave Phillips 3/16" x 4" Ref: Belzer
Desempenadeira de aço lisa (macia)
Espátula para acabamento (macia)
Espátula para aplicação de massa (macia)
Martelo de unha
Risca trinca

Vidraceiro
Alicate Pressão Ref: Belzer
Alicate universal Ref: Belzer
Arco de Serra Ref: Belzer
Cortador de vidro diamante



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Espátula 1/2" Tipo Paceta
Espátula 1" Tipo Paceta
Formão de 1" Ref: Belzer
Jogo de chave ALE pequeno Ref: Belzer
Kit de chave de fenda e Phillips Ref: Belzer
Martelo de Borracha pequeno
Martelo Pena
Metro de bambu de 2 Metros
Alicate Rebitador Ref: Belzer
Maleta de Ferramenta Sanfonado de Plástico com Cadeado

Eletricista
Alicate de bico Ref: Belzer
Alicate de corte Ref: Belzer
Alicate universal Ref: Belzer
Chave canhão 5/16 Ref: Belzer
Chave fixa 10X11 Ref: Belzer
Chave fixa 12X13 Ref: Belzer
Chave fixa 8X9 Ref: Belzer
Cinto para ferramentas
Estilete Com Laminas Ref: Starret
Prensa terminal 1,2x6mm
Pistola de cola quente de 80W bivolt.
Alicate Amperímetro
Trena de 3 metros Ref: Starret
Chave de Fenda 1/2" x 10" Ref: Belzer
Chave de Fenda 3/8" x 6" Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/8" x 3" Ref: Belzer
Chave de Fenda 3/16" x 4" Ref: Belzer
Chave de Fenda 1/4" x 5" Ref: Belzer
Chave de Fenda 5/16" x 6" Ref: Belzer
Chave Philips 1/8" x 6" Ref: Belzer
Chave Philips 3/16" x 4" Ref: Belzer
Chave Phillips 1/4" x 6" Ref: Belzer
Maleta de Ferramenta Sanfonado de Plástico com Cadeado

Serralheiro
Alicate Rebitador Ref: Belzer
Esquadro
Tesoura corte reto
Metro de Bambu com 2 metros

Chave de Fenda de 1/8" x 3" Ref: Belzer
Chave de Fenda de 3/16 x 4" Ref: Belzer
Chave de Fenda de 1/4" x 5" Ref: Belzer
Chave de Fenda de 5/16" x 6" Ref: Belzer
Chave Phillips de 1/8" x 3" Ref: Belzer
Chave Phillips de 3/16" x 4" Ref: Belzer
Alicate de Pressão Ref: Belzer
Alicate Universal Ref: Belzer
Jogo de Chave combinado de 10 a 24mm Ref: Belzer
Martelo Pena
Martelo Bola
Maleta de Ferramenta Sanfonado de Plástico com Cadeado

FERRAMENTAS DE USO COLETIVO	QUANTIDADE
Parafusadeira a Bateria	4
Furadeira e parafusadeira elétrica 710w 110v	4
Martelete rompedor de no mínimo 900w	1
Martelete demolidor de no mínimo 1500w	1

4.8. DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO

4.8.1. A **CONTRATADA** fornecerá os equipamentos necessários à correta execução dos serviços, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionamento, de acordo com a relação mínima indicativa abaixo:

ITEM	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Microcomputador tipo PC, com acesso à internet	01 unidade
2	Impressora Multifuncional	01 unidade

4.8.2. Sempre que a execução dos trabalhos demandar, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar outros equipamentos não previstos na relação acima.

4.8.3. Sempre que a execução dos trabalhos demandar, a **CONTRATADA** deverá fornecer os materiais de escritório (papel sulfite, grampeador, canetas, cadernos, pastas, etc.) necessários.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados na Câmara Municipal de São Paulo, Viaduto Jacareí, 100, CEP 01319-900, Bela Vista, São Paulo – SP.

5.2. PRAZOS

5.2.1. A prestação dos serviços iniciará na data constante da Ordem de Início.

5.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA

5.3.1. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados segundo plano programado de forma a minimizar os custos com a essas atividades e principalmente com os custos diretos e indiretos decorrentes das falhas nas instalações e equipamentos da **CONTRATANTE**.

5.3.2. As instalações e equipamentos abaixo terão, obrigatoriamente, um plano programado de manutenção:

- I. painel geral de baixa tensão;
- II. instalações elétricas de baixa tensão;
- III. para-raios e aterramento;
- IV. Cabine primária/ secundária;
- V. reservatórios de água;
- VI. bombas de recalque

5.3.3. Caso venha a ocorrer algum conflito entre programa de serviços e outros documentos técnicos, deverá ser obedecida a seguinte ordem de prevalências: Normas Técnicas Operacionais, Normas Técnicas Internacionais (ISO), Manuais dos Fabricantes dos Equipamentos e Programa de Serviços.

5.3.4. Com vistas a manter as instalações em boas condições, será efetuada a manutenção preventiva, com base em programação e cronograma a serem estabelecidos pela **CONTRATANTE**, a qual compreenderá todos os procedimentos necessários a identificar e prevenir a ocorrência de falhas ou defeitos nos equipamentos e sistemas que integram as instalações prediais, assim como as estruturas das edificações, conservando-os em perfeitas condições de uso e ocupação de acordo com os manuais e normas técnicas aplicáveis.

5.3.5. CRONOGRAMA PRELIMINAR DE ATIVIDADES SEMANAIS DE MANUTENÇÃO:

LOCAIS	DIA PREVISTO	OBSERVAÇÕES
Gabinetes	Sexta-feira	
Banheiros e corredores	Segunda a sexta-feira	
Áreas externas e Praças	Segunda e terça-feira	
2º e 3º andar; 2º e 3º subsolos e garagens	Quinta e sexta-feira	
Heliponto	Terça-feira	
Auditórios	Segunda-feira	
Unidades administrativas (inclusive dos	Quinta-feira	



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

subsolos) e dependências do anexo		
Plenário	Sexta-feira	

5.3.6. As atividades mínimas de manutenção preventiva a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão se basear no seguinte:

5.3.6.1. SERVIÇOS DE ELÉTRICA

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Lâmpada, componentes e acessórios	Diário	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Luminárias de emergência	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Interruptores	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Conexões	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Tomadas	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Refletores de marquise e do heliponto	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Chuveiros elétricos	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Ventiladores de teto e de parede	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Cabos	Quinzenal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Quadros de energia e quadros elétricos	Mensal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Cabine primária/secundária	Mensal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos em geral

5.3.6.2. SERVIÇOS HIDRÁULICOS

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Caixa d'água	Diário	Verificação do nível
Sifão, sanitários, torneiras, válvulas, registros internos e primadas e ralos	Diário	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Reservatórios, inferior e superior	Diário	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Lavatórios	Semanal	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Bombas de recalque	Semanal	Inspeção, conservação, limpeza,



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

(água/esgoto)		drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Sistema de esgoto e água pluvial	Semanal	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Bombas de inércia do poço dos elevadores	Semanal	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Pias	Mensal	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Tubulações	Mensal	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Caixas acopladas	Mensal	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos
Coluna de água	Mensal	Inspeção, conservação, limpeza, drenagem, desentupimento e, se necessário, reparos

5.3.6.3. SERVIÇOS DE MARCENARIA

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Portas, molas, guarnições, estantes e estruturas de madeira	Semanal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Placas de divisórias	Mensal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos

5.3.6.4. SERVIÇOS DE SERRALHERIA

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Limitadores de janela	Diário	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Caixilharia	Mensal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Portas de emergências	Mensal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos
Portões, grades, grelhas, trincos, corrimões; componentes metálicos	Mensal	Inspeção e, se necessário, troca e reparos

5.3.6.5. SERVIÇOS DE ALVENARIA

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Forros, pisos e tacos	Semanal	Verificação e, se necessário, substituição



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Revestimento externo e paredes	Mensal	Verificação e, se necessário, substituição
--------------------------------	--------	--

5.3.6.6. SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Vidros (janelas, divisórias e mesas	Diário	Verificação e, se necessário, substituição
Espelhos	Diário	Verificação e, se necessário, substituição

5.3.6.7. SERVIÇOS DE PERSIANAS

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Persianas	Diário	Limpeza, verificação e, se necessário, substituição

5.3.6.8. SERVIÇOS DE PINTURA

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Escadas	Anual	Renovação da pintura
Corredores e teto	Anual	Renovação da pintura
Grades e muros externos	Semestral	Renovação da pintura

5.3.6.9. SERVIÇOS GERAIS

Item	Periodicidade	Descrição dos serviços
Papeleiras higiênicas	Diário	Verificação e, se necessário, substituição
Saboneteiras	Diário	Verificação e, se necessário, substituição
Papeleiras interfolhas	Diário	Verificação e, se necessário, substituição

5.4. MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.4.1. A Manutenção Corretiva compreende todos os serviços a serem executados, em caráter de prioridade, sempre que necessário, quando houver comunicação da necessidade da natureza imprevista e compreende todos os procedimentos destinados à recolocar os equipamentos, instalações e edificações em perfeito estado de uso e ocupação, dentre os quais citam-se: ações de reparos, revisões, consertos, adaptações e ações de recuperação, e outros.

5.4.2. Todas as manutenções corretivas ficam sujeitas à apresentação de relatório técnico, a critério da **CONTRATANTE**, informando as possíveis causas e soluções adotadas.

5.5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.5.1. A CONTRATADA deverá proceder a Manutenção Preventiva nos equipamentos que permitem esta modalidade de monitoramento, através de programas

sistemáticos de acompanhamento, análise e diagnóstico, de forma a prever falhas e antecipar intervenções.

5.5.2. A **CONTRATADA** deverá emitir sempre que solicitado pela **CONTRATANTE** relatório do monitoramento em que constem:

- a) causas das falhas ou quebras;
- b) acompanhamento de sua evolução;
- c) tolerância e da vida útil transcorrida/restante do equipamento em análise;
- d) demais informações que julgarem necessárias.

5.5.3. Para Manutenção Preventiva não haverá interrupção do processo ao qual está atrelado.

5.6. SERVIÇOS GERAIS CORRELATOS

5.6.1. Sem incremento direto das equipes destinadas à execução dos serviços de manutenção preditiva preventiva e corretiva, serão executados serviços gerais CORRELATOS, solicitados pela **CONTRATANTE**.

5.6.2. Serviços emergenciais: são todos os serviços de atendimento urgente, para reparos de energia elétrica ou hidráulica (água e esgoto), cuja inexecução acarrete comprometimento às atividades normais e que deverá ser atendido em no máximo 01 (uma) hora.

5.7. SISTEMA DE GERENCIAMENTO

5.7.1. Disponibilizar aos usuários indicados pela **CONTRATANTE** acesso a sistema de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva com as seguintes características:

- 5.7.1.1.** Permissão de acesso para, no mínimo, 05 (cinco) usuários cadastrados indicados pela **CONTRATANTE**, com perfil para incluir e cancelar solicitações, além de visualizar as respectivas solicitações e emitir relatórios gerenciais e de controle.
- 5.7.1.2.** O sistema deve ser acessado exclusivamente pela Internet através de interface web padrão, sendo vedada a instalação de *softwares* de terceiros ou outros recursos de informática nos computadores e na rede local da CMSP.
- 5.7.1.3.** Os horários de acesso ao sistema devem ser compatíveis com a execução dos serviços e eventuais janelas de tempo para interrupção e manutenção do sistema devem ser informadas com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência.
- 5.7.1.4.** Os dados disponíveis no sistema devem ser exportáveis nos formatos eletrônicos CSV, XML, XLS, XLSX.
- 5.7.1.5.** As informações a serem produzidas pelo sistema mencionado devem obedecer às seguintes características gerais:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- a) Relatório de Ordens de Serviço, permitindo seleção das informações de gestão: por unidade, solicitante, período-calendário de agendamento, período-calendário de conclusão, informações sobre a solicitação (equipamento, tipo, natureza, prioridade, situação), atividades realizadas, responsável pela conclusão, avaliação;
- b) Categorização das Ordens de Serviço por andamento: abertas e não agendadas / agendadas / atrasadas / concluídas no prazo / concluídas fora do prazo / canceladas;
- c) Categorização das Ordens de Serviço por tempo de atendimento: até 24h / até 5 dias / até 15 dias / acima de 15 dias / canceladas / não concluídas;
- d) Categorização das Ordens de Serviço por tempo de resposta: até 1h / até 2h / até 6h / até 12h / até 24h / acima de 24h / canceladas;
- e) Categorização das Ordens de Serviço por tipo de chamado: reclamação / solicitação;
- f) Os relatórios devem ter opção de apresentação analítica (dados detalhados) ou estatística (quantidades por categorias);
- g) Os relatórios devem ser apresentados em formato PDF ou visualizados no browser de acesso ao sistema.

5.7.1.6. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento do equipamento (computador e demais periféricos), assim como pelo serviço de internet, conforme indicado no item **4.8**.

5.8. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

5.8.1. A CONTRATADA deverá cumprir a Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho vigente, pertinente ao objeto do presente, com objetivo de preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores da empresa **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE**, bem como o meio ambiente e o patrimônio da **CONTRATANTE**.

5.8.2. A CONTRATADA deverá fornecer aos trabalhadores equipamento de proteção individual (EPI) como, capacetes de proteção, óculos de proteção, protetores faciais, luvas, calçados, protetores auriculares, máscaras, cintos de segurança, entre outros que se fizerem necessários, atendendo as peculiaridades das atividades profissionais e em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente.

5.8.3. A CONTRATADA deverá elaborar o **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR**, visando à preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, considerando as características da **CONTRATANTE** e as atividades previstas, em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente e enviá-lo ao Gestor deste contrato, em até **60 (sessenta) dias** a contar da emissão da Ordem de Início, bem como suas posteriores atualizações, sempre que necessário ou solicitado pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.8.4.** A **CONTRATADA** deverá elaborar o **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT**, considerando as características da **CONTRATANTE** e as atividades previstas, em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente e enviá-lo ao Gestor deste contrato em até **60 (sessenta) dias** a contar da emissão da Ordem de Início, bem como suas posteriores atualizações, sempre que necessário ou solicitado pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato.
- 5.8.5.** A **CONTRATADA** deverá elaborar o **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO**, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores, conforme determinado por Norma Regulamentadora vigente, e apresentar ao Gestor deste contrato juntamente com cópia dos **Atestados de Saúde Ocupacional – ASO** previstos, em até **10 (dez) dias** a contar da expedição da Ordem de Início e/ou em caso de substituição de funcionários, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato.
- 5.8.6.** A **CONTRATADA**, que está desobrigada de constituir CIPA neste estabelecimento, deverá designar um responsável pelo cumprimento dos objetivos da Norma Regulamentadora vigente em até **10 (dez) dias** a contar da expedição da Ordem de Início e/ou em caso de substituição de funcionários.
- 5.8.6.1.** O designado deverá receber treinamento, de no mínimo 20 horas, para formação de cipeiros e enviar cópia dos certificados ao Gestor desse contrato, em até **10 (dez) dias** a contar da conclusão do treinamento, bem como participar das reuniões da CIPA da **CONTRATANTE** em local e horário informados previamente.
- 5.8.7.** Os serviços em eletricidade só poderão ser executados por profissionais qualificados, com emprego de ferramentas e equipamentos especiais, atendendo às determinações da Norma Regulamentadora vigente.
- 5.8.8.** Serão adotadas medidas especiais de controle de riscos para os trabalhos em altura.
- 5.8.8.1.** Em atividade a mais de dois metros de altura em relação ao piso, deverá ser utilizado cinto de segurança tipo paraquedista, dotado de dispositivo de trava-queda, ligado a cabo de segurança firmemente ancorado na estrutura do edifício.
- 5.8.9.** O uso de máquinas e equipamentos nas atividades contratadas deve atender às determinações da Norma Regulamentadora vigente, sendo adotadas todas as medidas necessárias para evitar riscos em sua operação.
- 5.8.10.** A observância desses itens não desobriga a **CONTRATADA** de atender outras exigências legais e acordos coletivos ora existentes, com intuito de assegurar o desenvolvimento das atividades em condições ideais de segurança, bem como apresentar todos os documentos que possam ser exigidos pela fiscalização do trabalho para cumprimento das Normas Regulamentadoras vigentes.

5.9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.9.1.** A **CONTRATADA** deverá levantar todas as facilidades ou dificuldades, que possam ocorrer quando for prestar os serviços, objeto do presente, e comunicá-las ao Gestor desse contrato.
- 5.9.2.** Os materiais a serem consumidos, instalados ou substituídos, durante a execução dos serviços, objeto do presente, serão fornecidos pela **CONTRATANTE** mediante a programação dos serviços.
- 5.9.3.** Todos os serviços de operação, execução e manutenção preditiva, preventiva ou corretiva, deverão ser executados segundo os melhores procedimentos e conforme as Normas Técnicas aplicáveis.
- 5.9.4.** Visando aprimorar a manutenção preditiva, preventiva e corretiva a **CONTRATADA** deverá indicar e/ou recomendar novos procedimentos a serem adotados, os quais poderão ser adotados ou não pela **CONTRATANTE**, observado o critério de oportunidade e conveniência.
- 5.9.5.** A **CONTRATADA** deverá instalar e manter cercas e barreiras, ou outra forma de sinalização, indicando, a terceiros, condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.
- 5.9.6.** A **CONTRATADA** deverá apresentar solução alternativa, em até 3 (três) dias úteis, que deverá ser previamente analisada e autorizada pela **CONTRATANTE**, sem acréscimo no orçamento original, caso haja, durante o desenvolvimento dos serviços, alguma dificuldade que impossibilite tecnicamente a execução dos trabalhos.
- 5.9.7.** A **CONTRATADA** deverá refazer de imediato, às suas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pelo **CONTRATANTE**, sem que isso represente custo adicional.
- 5.9.8.** A **CONTRATADA** deverá comunicar antecipadamente e justificar, à **CONTRATANTE**, eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos trabalhos contratados.
- 5.9.9.** A **CONTRATADA** deverá providenciar a cobertura do mobiliário e equipamentos com material apropriado, quando necessário, visando à preservação contra partículas nocivas provenientes da execução dos serviços contratados.
- 5.9.10.** A **CONTRATANTE** providenciará local adequado para alojar os funcionários e equipamentos necessários para a execução dos serviços, assim como vestiários.
- 5.9.11.** A **CONTRATANTE** elaborará o cronograma de manutenção preventiva conjuntamente com o encarregado.

5.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.10.1.** Selecionar rigorosamente os trabalhadores que irão prestar serviços à **CONTRATANTE** e apresentar, com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis** a

relação nominal dos selecionados, contendo, ainda os seguintes dados, individualmente discriminados:

- a) Número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- b) Número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- c) Filiação;
- d) Naturalidade;
- e) Endereço residencial.

5.10.2. Apresentar com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis**, relação especificada no item anterior, da forma nele definida, sempre que ocorrer qualquer alteração no quadro de trabalhadores a serviço nas instalações da **CONTRATANTE**, seja por motivo de substituição e inclusão.

5.10.3. Organizar as escalas dos trabalhadores, a fim de adequar as jornadas individuais ao limite definido no inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

5.10.4. Proceder a efetiva marcação e controle de frequência às suas expensas, nas dependências da **CONTRATANTE**, para controle de frequência dos seus trabalhadores.

5.10.4.1. Incumbe à **CONTRATADA** apresentar diariamente à **CONTRATANTE** o relatório de frequência.

5.10.5. Fornecer aos seus trabalhadores identificação funcional (crachá) contendo foto e cargo e, também jogos de uniformes, conforme subitem **4.6**, devendo estes, apresentar-se em perfeitas condições de uso.

5.10.6. Zelar para que os trabalhadores do seu quadro, durante o serviço na Câmara Municipal de São Paulo apresentem-se corretamente uniformizados e portando a identidade funcional (crachá).

5.10.7. Manter às suas custas, seus empregados sempre atualizados, por meio de **treinamentos, reciclagens, cursos de relações interpessoais, segurança no trabalho** e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a **CONTRATANTE** entender conveniente.

5.10.8. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.

5.10.9. Responder por todo e qualquer dano, ou prejuízo que venha a ser causado por seus trabalhadores à **CONTRATANTE** ou a terceiros, independentemente da apuração de culpa ou dolo, ação ou omissão, durante a prestação dos serviços, podendo ser descontado do(s) pagamento(s) subsequente(s) ao infortúnio, o valor do prejuízo apurado.

5.10.10. Sujeitar-se a fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

- 5.10.11.** Acatar as recomendações decorrentes de inspeções ou de observações dos agentes qualificados da **CONTRATANTE**, tomando as providências imediatas para corrigir falhas ou irregularidades apontadas em até 1 (um) dia útil.
- 5.10.12.** Responsabilizar-se pelas condições de segurança dos seus trabalhadores, sendo a única responsável por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe ainda, comunicar à **CONTRATANTE** a ocorrência de tais fatos, no mesmo dia da sua ocorrência.
- 5.10.13.** Responsabilizar-se às suas expensas pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, se o caso, conforme normas e regulamentos específicos de medicina e segurança do trabalho.
- 5.10.14.** Em caso de greve ou qualquer outro motivo de caso fortuito ou força maior que prejudique ou impossibilite o transporte coletivo, em qualquer uma das suas modalidades, cabe à **CONTRATADA** responsabilizar-se, às suas expensas, pelo deslocamento de seus trabalhadores até as dependências da **CONTRATANTE**.
- 5.10.15.** A **CONTRATADA** fica responsável pelo pagamento e recolhimento dos encargos sociais vigentes de seus trabalhadores, tais como: salários, horas extras, adicionais noturnos, gratificações, décimo terceiro salário, adicionais de periculosidade, férias, ajuda de custo de alimentação e transporte, exames médicos admissionais e periódicos, contribuições previdenciárias e sindicais, fundo de garantia por tempo de serviço, impostos sobre serviços, indenizações trabalhistas, avisos prévios e demais obrigações legais.
- 5.10.16.** Arcar com todos os encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas e, também, com aquilo que for estabelecido em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias de seus trabalhadores, bem como fornecer **vales transporte (inclusive Integração Ônibus + Metrô/CPTM, se o caso) e vales refeição**, sendo que, eventual inadimplência de qualquer uma destas exigências, de nenhuma forma implicará ônus e nem transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**.
- 5.10.17.** Informar e encaminhar a **CONTRATANTE**, cópia atualizada da Convenção Coletiva da categoria seguida pela **CONTRATADA**, sempre que houver dissídio coletivo, ou quaisquer outras alterações, sujeitando-se a **CONTRATADA**, quando do não cumprimento dessa obrigação, às penalidades previstas no item **10**.
- 5.10.18.** Apresentar, independente de solicitação e junto com a correspondente nota fiscal, cópia dos impressos do espelho da folha de pagamento, exclusivamente resultantes da execução do contrato, do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, ficando a critério da **CONTRATANTE** solicitar cópia autenticada ou consulta aos documentos originais.
- 5.10.19.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em face das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual.
- 5.10.20.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.10.21. Compete ainda à **CONTRATADA** fazer com que as eventuais faltas dos funcionários designados para prestar serviços à **CONTRATANTE** sejam sempre cobertas por funcionários de idêntica função em relação aos faltantes, com idêntico piso salarial, devendo providenciar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a substituição de todos os funcionários que faltarem ao expediente do dia, sob pena de aplicação de glosa do respectivo valor, e multas.

5.10.22. Os atrasos e as saídas antecipadas de cada funcionário em um dia de trabalho serão computados em horas e poderão ser compensados em dia posterior no mesmo mês, a critério da **CONTRATANTE**, mediante apresentação de acordo escrito firmado entre a **CONTRATADA** e seu funcionário, nos termos da lei.

5.10.22.1. A não compensação das horas até o limite de 08 (oito) ou a transposição desse limite ensejará a aplicação de penalidade à **CONTRATADA**.

5.10.23. Substituir definitivamente, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa, qualquer profissional alocado no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados, pela **CONTRATANTE**, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.

5.10.23.1. Fica vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais.

5.10.24. Na eventualidade do ajuizamento de reclamação judicial em que sejam rés a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** e o autor(es) seja(m) ou tenha(m) sido trabalhador(es), do quadro da **CONTRATADA**, deverá ela, fornecer em tempo hábil, contados da citação, todos os subsídios necessários, inclusive documental, para que a **CONTRATANTE** possa formular a competente defesa, sob pena de multa e demais sanções contratuais e extracontratuais aplicáveis ao caso.

5.10.25. Na eventualidade do ajuizamento de reclamação judicial oriunda do presente contrato, e que envolva a **CONTRATADA**, deverá ela, manter a **CONTRATANTE** à margem do feito, declarando-se única e exclusiva responsável por todos os ônus que incidam sobre a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, desde que decorrentes da citada lide. Inclusive invocando a ilegitimidade da Câmara Municipal de São Paulo e do Município de São Paulo nas hipóteses destas figurarem no polo passivo da demanda. Deverá a **CONTRATADA**, além disso, manter a **CONTRATANTE** informada sobre o andamento desses feitos.

5.11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.11.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato.

5.11.2. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os serviços, por meio dos seus empregados, dentro das normas do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.11.3.** Verificar se no desenvolvimento dos serviços está sendo cumpridas as disposições constantes neste Termo de Referência e também participar de soluções de eventuais problemas e de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.
- 5.11.4.** Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.11.5.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.
- 5.11.6.** Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.
- 5.11.7.** Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 5.11.8.** Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

5.12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 5.12.1.** A gestão e fiscalização do contrato será cumprida pelo **Supervisor da Equipe de Zeladoria – SGA.33**, a fim de que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento de contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.12.2.** As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão realizadas por escrito, através de mensagem eletrônica.

5.13. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 5.13.1.** O pagamento será efetuado **mensalmente** em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr. Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do **Senhor Supervisor da Equipe de Zeladoria – SGA.33**, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.
- 5.13.2.** Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e Pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à dívida da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS – (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.13.3. O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva **da CONTRATANTE**, terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no DOC da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2018.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência do Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 1 (um) ano, prorrogáveis por iguais ou inferiores períodos, limitado a 10 (dez) anos, a critério **da CONTRATANTE**, de acordo com a legislação em vigor.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão a(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº(s) **09.10.01.031.3014.2.001.3.3.90.37.00 – Manutenção e Operação de Edificação da Câmara Municipal de São Paulo - Locação de Mão-de-Obra** e serão suportadas pela(s) Nota(s) de Empenho correspondente(s) emitida(s) pela autoridade competente. Para o exercício de 2026 as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba, e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Recomenda-se não admitir a participação de consórcio, tendo em vista que se trata de serviço de mão de obra e não restringirá a competitividade do certame, dado haver inúmeras licitantes em potencial para o fornecimento do objeto da presente licitação.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio de disputa sob o critério de julgamento “menor preço”.

8.3. Para fins de **seleção da proposta** haverá as seguintes condições:

8.3.1. A descrição do objeto deve atender a todas as características exigidas nestes Termo de referência;

8.3.2. A proposta deve indicar a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

8.4. VISTORIA

8.4.1. A licitante pode tanto optar por inspecionar os locais onde serão realizados os serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, bem como os detalhes

inerentes à execução, ou declinar desse direito, firmando declaração conforme modelo do Anexo II do Edital.

8.4.2. O agendamento de vistoria prévia se fará de acordo com as informações constantes no preâmbulo do edital, devendo realizada por responsável integrante do quadro da licitante ou pessoa portando identificação e qualificada por ela e recebendo, ao final, Certificado de Vistoria, emitido pela Unidade competente,

8.4.3. A vistoria será feita à custa da licitante interessada em participar do processo licitatório, não cabendo pleito posterior de indenização por despesas realizadas durante a vistoria ou com qualquer outro trabalho que a licitante tenha realizado para poder participar do certame.

8.5. Para fins de habilitação, serão analisadas:

8.5.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira por meio dos documentos elencados no Edital.

8.5.2. Para qualificação técnica serão exigidos:

8.5.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou serviços compatíveis com a descrição deste Anexo, comprovando **serviços de manutenção e conservação predial, com fornecimento de mão de obra e ferramental** em características semelhantes a do objeto desta licitação, de acordo com a parcela de maior relevância destacada a seguir.

8.5.2.2. Considerar-se-á compatível com o objeto licitado a prestação de serviços de manutenção e conservação predial, com fornecimento de mão de obra e ferramental, por período não inferior a 3 (três) anos, com:

8.5.2.2.1. no mínimo, 05 (cinco) das seguintes funções, entendidas estas como funções de maior significância no total: encarregado; ajudante geral; encanador; marceneiro; pedreiro; persianista; pintor; vidraceiro; eletricista e serralheiro, indicadas no item **4.3.1** deste Anexo, em edifício com área mínima de 40.000 m² (quarenta mil metros quadrados);

8.5.2.2.2. bem como software dedicado ao sistema de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva com controle de ordem de serviços e filtros para pesquisa.

8.5.2.3. Será admitida a somatória de atestados para comprovação da experiência da licitante, sendo que em relação aos períodos, estes deverão ser subsequentes e contínuos, sendo vedada a sobreposição de períodos concomitantes e intervalos entre os períodos.

8.5.2.4. O(s) atestado(s) / certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) com timbre do emissor e assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação completa do órgão e do representante que o(s) subscreve(m).

8.5.2.5. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documentos(s) referente(s) aos bens fornecidos à Câmara Municipal de São Paulo, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

8.5.2.6. Se os atestados estiverem em língua estrangeira, compete à licitante providenciar sua tradução para o vernáculo, bem como comprovar o atendimento de requisitos legais perante o direito estrangeiro.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.1.1. A publicação do orçamento estimado da contratação ocasionaria o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Além disso, induziria certos licitantes a elaborarem suas propostas com base no orçamento estimado pela Administração, o que nem sempre corresponderão à suas realidades econômico-financeiras, ocasionando reflexos na execução do contrato

10. SANÇÕES

10.1. Além das penalidades previstas no Edital, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.1.1. Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, conforme o prazo previsto no item **5.2.1**, limitado ao máximo de 10 (dez) dias, findo o qual poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos **subitens 10.1.4, 10.1.6, 10.1.7 e/ou 10.1.8**.

10.1.2. Multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor mensal do contrato por qualquer outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.

10.1.3. Multas conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo, durante a vigência do presente Termo de Contrato.

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,5% do valor mensal do contrato

TABELA 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Deixar de iniciar, suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por dia, limitado a 10 (dez) dias.
02	Deixar de apresentar a comprovação prevista no item 3.1 e seu subitem 3.1.1	4	Por dia de atraso, limitado a 05 (cinco) dias.
03	Deixar de atender o disposto no item 3.5	3	Por dia, limitado a 10 (dez) dias.
04	Deixar de atender o previsto no subitem 4.3.2.1.2	1	Por dia, limitado a 10 (dez) dias, sob pena de configurar inexecução parcial.
05	Deixar de atender o disposto no subitem 4.4.5	4	Por ocorrência.
06	Deixar de cumprir o previsto no subitem 4.6.2	2	Por não atendimento
07	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 4.6.5 e 5.10.4.1	2	Por ocorrência e por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
08	Deixar de cumprir o previsto nos itens 4.7 e 4.8 e seus subitens	2	Por não atendimento
09	Deixar de atender o previsto no subitem 5.5.2	2	Por não atendimento
10	Deixar de atender o previsto no item 5.7 e seus subitens	2	Por não atendimento
11	Deixar de atender o previsto no subitem 5.8.2	2	Por não atendimento
12	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.8.3 , 5.8.4 e 5.8.5	3	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
13	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.8.6 e 5.8.6.1	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
14	Deixar de atender o previsto no subitem 5.9.6	2	Por dia de atraso, limitado a 03 (três) dias.
15	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.10.1 e 5.10.2	2	Por ocorrência e por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias, respectivamente
16	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.11	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
17	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.17	3	Por não atendimento.
18	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.16	3	Por dia e ocorrência
19	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.21	3	Por funcionário e dia.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

20	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.22	1	Por funcionário e dia.
21	Deixar de atender ao disposto no subitem 5.10.23	3	Por ocorrência
22	Deixar de atender ao disposto nos subitens 5.10.24 e/ou 5.10.25	3	Por ocorrência

10.1.3.1. A partir da 3ª (terceira) reincidência no mesmo item referente à **Tabela 2**, à multa prevista na **Tabela 1**, a Unidade Gestora poderá acrescentar 50% (cinquenta por cento).

10.1.3.2. A Unidade Gestora poderá, a critério e desde que conveniente à **CONTRATANTE**, reduzir pela metade o valor da multa, em caso de primeira infração contratual praticada pela **CONTRATADA**.

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.

10.1.5. A inexecução parcial do Contrato poderá ser configurada, a critério da Unidade Gestora, entre outras, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações:

GRAU	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES
1	05 ou mais
2	05 ou mais
3	05 ou mais
4	03 ou mais

10.1.6. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.

10.1.7. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

10.1.8. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.

10.2.1. No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.1.3** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.1.4**, **10.1.6**, **10.1.7** ou **10.1.8**.

10.3. As multas terão seus valores apurados na data da infração.

10.4. Para fins de atualização monetária das bases de cálculos que servirão para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00613

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

Código Compras.gov: 1627			
FUNÇÃO	POSTOS DE TRABALHO	VALOR MENSAL POR POSTO	VALOR MENSAL DA FUNÇÃO
ENCARREGADOS GERAIS	02	R\$	R\$
ENCARREGADO	01	R\$	R\$
AJUDANTES GERAIS	04	R\$	R\$
ENCANADORES	04	R\$	R\$
MARCENEIROS	04	R\$	R\$
PEDREIRO	01	R\$	R\$
PERSIANISTA	01	R\$	R\$
PINTORES	03	R\$	R\$
VIDRACEIROS	02	R\$	R\$
ELETRICISTAS	09	R\$	R\$
SERRALHEIROS	02	R\$	R\$
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL MENSAL (*)	R\$ (*)		
VALOR TOTAL ANUAL (12 meses)	R\$		

(*) Obs.: O valor a ser lançado no sistema é o **VALOR TOTAL MENSAL**.

(**) Obs.: Nos termos do item 4.4.1 do Anexo I – Termo de Referência, as remunerações previstas deverão cumprir as seguintes condições:

- a) Para **todas as funções**, o valor mínimo a ser aceito será o piso previsto para cada função na Convenção Coletiva adotada, **desde que seja igual ou superior ao salário mínimo estadual de São Paulo**, acrescido de 40% (quarenta por cento), de acordo com a seguinte fórmula:

$$R \geq PS \times 1,40$$

R = valor mínimo a ser aceito para as remunerações

PS = Piso salarial previsto na CCT para cada função, desde que seja igual ou superior ao salário mínimo estadual de São Paulo

- b) Para a **função de Encarregado**, além de cumprir a condição estabelecida no subitem **4.4.1.1**, o valor mínimo a ser aceito não poderá ser inferior à remuneração de nenhuma das funções subordinadas, e, em relação **ao total da composição da remuneração do Eletricista**, deve ser no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) superior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$RE \geq REL \times 1,25$$

RE = valor mínimo para a remuneração do encarregado

REL = remuneração do eletricista (considerando o adicional de periculosidade)

- c) Para a **função de Encarregado Geral**, além de cumprir a condição estabelecida no subitem **4.4.1.1**, o valor mínimo a ser aceito deve ser, no mínimo, 40% (quarenta por cento) superior a **remuneração do Encarregado**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$REG \geq RE \times 1,40$$

REG = valor mínimo para a remuneração do encarregado geral

RE = remuneração do encarregado (cumprido o requisito do subitem 4.4.1.2)

1. Convenção Coletiva utilizada (conforme item **5.18.4.4** do Edital): _____ (indicar a CCT)

2. O preço compreende todos os custos necessários ao fornecimento do objeto desta licitação, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.

3. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da apresentação das propostas.

4. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

5. Declaro que a empresa abaixo qualificada não possui inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016.

6. Declaro que a empresa abaixo qualificada não foi condenada por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão

dos arts.1º e 170 da Constituição Federal de 1.988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. Nº 29 e 105.

7. Declaro que a empresa abaixo qualificada **COMPROMETE-SE** com a prática do “Trabalho Decente”, que, para efeitos desta Declaração, considera-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho, em consonância com os princípios constitucionais e com estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 151 e na Recomendação 159, bem como o estabelecido pelas normas trabalhistas brasileiras.

8. Declaro que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2022).

9. Declaro estar de pleno acordo com todos os termos do edital referente ao Pregão nº **39/2024**.

10. Declaro, ainda, que estamos em condições de atender todas as exigências contidas no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações** Técnicas do edital.

11. Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes e tomamos conhecimento das reais condições de execução dos serviços;

Ou

11. Declaro ter pleno conhecimento do objeto do pregão em epígrafe através do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista neste Edital. Declaro, ainda, que nos responsabilizamos pelo não comparecimento e por eventuais ocorrências de prejuízos. Declaro, por fim, que nos foi dado acesso às dependências da Câmara Municipal de São Paulo, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual declinamos por entender que temos conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

São Paulo, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável

Nome legível:

RG:

CPF:

Pessoa Jurídica:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:



ANEXO II-A DA PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00613

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

O modelo de planilha em formato "*.xls" está disponibilizado no Portal Transparência da Câmara Municipal de São Paulo:

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>

ANEXO II-B DA PROPOSTA DE PREÇOS

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO DO
PERCENTUAL MÉDIO DO PIS/COFINS REFERENTE AOS DOZES ÚLTIMOS MESES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00613

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao solicitado no item 4.5.1 do Edital Pregão Eletrônico nº 39/2024, a EMPRESA _____, com sede no _____, nº _____, cidade _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, neste ato representada por _____, declara:

Apuração do percentual médio de recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses

MÊS	FATURAMEN TO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃ O APURADA (B = A X 1,65%)	CRÉDITO DESCONTAD O (C)	CONTRIBUIÇÃ O DEVIDA (D=B-C)	PERCENTUA L EFETIVO (E = D/A)
fev/24					
mar/24					
abr/24					
mai/24					
jun/24					
jul/24					
ago/24					
set/24					
out/24					
nov/24					
dez/24					
jan/25					
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO:					



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Apuração do percentual médio de recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃO APURADA (B = A X 7,60%)	CRÉDITO DESCONTADO (C)	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (D=B-C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D/A)
fev/24					
mar/24					
abr/24					
mai/24					
jun/24					
jul/24					
ago/24					
set/24					
out/24					
nov/24					
dez/24					
jan/25					
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO:					

São Paulo, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável

Nome legível:

RG:

CPF:

Pessoa Jurídica:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº _____/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E _____.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, com sede no Viaduto Jacareí, nº 100, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 50.176.288/0001-28, neste ato representada por seu Presidente e demais membros da Egrégia Mesa Diretora que firmam o presente termo, adiante designada simplesmente **CONTRATANTE** e _____, com sede na _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, adiante designadas simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO**, em consonância com o Processo **CMSP-PAD-2024/00613**, Pregão nº **39/2024**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e do Decreto Municipal 62.100/22, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1** Constitui objeto deste termo de contrato a prestação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme descrições, condições e quantidades constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital.
- 1.2** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem neste termo de contrato, nos limites estabelecidos em lei.
- 1.3** Considera-se parte integrante do presente termo de contrato o edital do PREGÃO nº **39/2024** e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1** Os prazos e condições da prestação dos serviços são os constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital.
- 2.2** A **CONTRATADA** deverá iniciar a prestação dos serviços nos termos do item **6.1** do Anexo I – Termo de Referência.
- 2.3** Caberá ao encarregado da **CONTRATADA** o acompanhamento direto dos seus trabalhadores, devendo realizar o controle de frequência e providenciar substituições ou remanejamentos, com a devida anuência da Supervisão da **Equipe de Zeladoria (SGA-33)**, de modo a não ocorrer solução de continuidade na prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Compete à **CONTRATADA**, além das obrigações constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital:

3.1.1 Executar os serviços e fornecer os materiais necessários, conforme especificado neste Termo.

3.1.2 A equipe de trabalho da **CONTRATADA** deverá fazer uso obrigatoriamente dos Equipamentos de Proteção Individuais – EPI, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais de consumo, peças de reposição, ferramentas equipamentos, conforme indicações dos fabricantes, objetivando correta execução dos serviços;

3.1.3 Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que a prestação dos serviços seja efetuada com perfeição;

3.1.4 Apresentar Nota Fiscal ou documento hábil, de acordo com a legislação vigente comprovando a prestação dos serviços, contendo necessariamente a descrição;

3.1.5 Acatar as recomendações decorrentes de inspeções ou de observações dos agentes qualificados da **CONTRATANTE**, tomando as providências imediatas para corrigir falhas ou irregularidades apontadas;

3.1.6 Não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto do presente contrato, salvo com a expressa anuência da **CONTRATANTE** e, neste caso, sempre dentro dos limites legais, sendo vedada a subcontratação total do objeto;

3.1.6.1 A fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicados à **CONTRATANTE** para que esta delibere sobre a manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova pessoa jurídica comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no edital.

3.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em face das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual;

3.1.8 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**.

3.1.9 Informar e encaminhar à **CONTRATANTE**, cópia atualizada da Convenção Coletiva da categoria seguida pela **CONTRATADA**, sempre que houver dissídio coletivo, ou quaisquer outras alterações, sujeitando-se a **CONTRATADA**, quando do não cumprimento dessa obrigação, às penalidades previstas na cláusula nona deste instrumento contratual.

3.1.10 Arcar com todos os encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas e, também, com aquilo que for estabelecido em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias de seus trabalhadores, bem como fornecer **vales transporte e vales refeição**, sendo que, eventual inadimplência de qualquer uma destas exigências, de

nenhuma forma implicará ônus e nem transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**.

3.1.11 Responsabilizar-se às suas despesas pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, se o caso, conforme normas e regulamentos específicos de medicina e segurança do trabalho.

3.1.12 Compete ainda à **CONTRATADA** fazer com que as eventuais faltas dos funcionários designados para prestar serviços à **CONTRATANTE** sejam sempre cobertas por funcionários de idêntica função em relação aos faltantes, com idêntico piso salarial, devendo providenciar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a substituição de todos os funcionários que faltarem ao expediente do dia, sob pena de aplicação de multa.

3.1.13 Os atrasos e as saídas antecipadas de cada funcionário em um dia de trabalho serão computados em horas e poderão ser compensados em dia posterior no mesmo mês, a critério da **CONTRATANTE**, mediante apresentação de acordo escrito firmado entre a **CONTRATADA** e seu funcionário, nos termos da lei.

3.2 A **CONTRATADA** deverá observar que:

3.2.1 Nenhum benefício concedido, bem como a remuneração dos empregados indicada na proposta inicial, poderá ser reduzido, suprimido ou retirado pela **CONTRATADA**, salvo alteração promovida **por negociação coletiva de trabalho** na respectiva Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo da Categoria.

3.2.2 A simples alteração da base sindical promovida, unilateralmente ou não, pela **CONTRATADA** não enseja a redução ou supressão de benefícios ou da remuneração já incorporados nos contratos de trabalhos dos empregados da **CONTRATADA**.

3.2.3 Nenhum dos trabalhadores da **CONTRATADA**, designados para executar qualquer dos serviços objeto deste contrato, poderá alegar vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

3.2.4 Caso a sede da **CONTRATADA** seja localizada fora do Município de São Paulo ou da grande São Paulo, a empresa deverá comprovar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a partir da assinatura do Termo de Contrato, junto ao Gestor, que possui filial ou escritório de representação no município de São Paulo ou na Grande São Paulo, com indicação de seu endereço e representante legal, sob pena de aplicação de penalidade.

3.2.5 Todos os empregados vinculados ao contrato recebam seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região metropolitana onde serão prestados os serviços.

3.2.6 Deverá viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

3.2.7 Deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para que obtenham os extratos dos recolhimentos de suas contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos seus depósitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

3.3 Compete à **CONTRATANTE**, além das obrigações constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital:

3.3.1 Emitir Ordem de Início de Serviço;

3.3.2 Garantir o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE** quando necessárias à execução dos serviços.

3.3.3 Fiscalizar e acompanhar a execução deste termo de contrato;

3.3.4 Notificar a **CONTRATADA** quando detectadas irregularidades na execução do objeto;

3.3.5 Receber o objeto, desde que esteja em conformidade com as especificações do edital;

3.3.6 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

3.3.7 Efetuar o pagamento, conforme disposto neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Dá-se ao presente termo o valor total mensal de R\$ _____ (_____) e valor total anual de R\$ _____ (_____), conforme detalhamento abaixo:

FUNÇÃO	POSTOS DE TRABALHO	VALOR MENSAL POR POSTO	VALOR MENSAL DA FUNÇÃO
ENCARREGADOS GERAIS	02	R\$	R\$
ENCARREGADO	01	R\$	R\$
AJUDANTES GERAIS	04	R\$	R\$
ENCANADORES	04	R\$	R\$
MARCENEIROS	04	R\$	R\$
PEDREIRO	01	R\$	R\$
PERSIANISTA	01	R\$	R\$
PINTORES	03	R\$	R\$
VIDRACEIROS	02	R\$	R\$
ELETRICISTAS	09	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SERRALHEIROS	02	R\$	R\$
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL MENSAL (*)	R\$ (*)		
VALOR TOTAL ANUAL (12 meses)	R\$		

- 4.2** Qualquer irregularidade na prestação dos serviços, como falta, atraso ou saída antecipada será devidamente descontada no pagamento imediatamente seguinte à sua ocorrência, com base no valor da hora por posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação de multa e demais penalidades contratuais.
- 4.3** As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão as seguintes dotações orçamentárias despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão a dotação orçamentária nº **09.10.01.031.3014.2.001.3.3.90.37.00 – Manutenção e Operação de Edificação da Câmara Municipal de São Paulo - Locação de Mão-de-Obra** e serão suportadas pela(s) Nota(s) de Empenho correspondente(s) emitida(s) pela autoridade competente. Para o exercício de 2026, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba, e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

- 5.1** A fiscalização da execução do contrato ficará a cargo da **CONTRATANTE**, através da Supervisão da **Equipe de Zeladoria (SGA-33)**, ou servidor(es) por ela designado(s), a fim de que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

- 6.1** O pagamento será efetuado **mensalmente**, em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr. Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do **Supervisor da Equipe de Zeladoria (SGA-33)**, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.
- 6.1.1** O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “*pro-rata tempore*”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2018.
- 6.2** O primeiro pagamento será efetuado “*pro rata die*”, a contar do início da prestação dos serviços.

- 6.3** A **CONTRATANTE** descontará do valor devido das retenções previstas na legislação tributária e previdenciária vigente à época do pagamento.
- 6.4** Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/91 e suas alterações, e artigo 17 da Ordem de Serviço nº 209, de 20/05/99, do Instituto Nacional do Seguro Social, será efetuado o desconto referente a contribuição previdenciária, sobre o valor bruto da nota fiscal.
- 6.5** A cada pagamento a **CONTRATADA** deverá apresentar os seguintes documentos, se vencidos:
- 6.5.1** Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e Pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à dívida da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS – (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.
- 6.5.2** Cópias da folha de pagamento e documentos hábeis a comprovar os pagamentos das obrigações trabalhistas, como salários, férias, 13º salário e verbas rescisórias.
- 6.5.2.1** Para efeito do subitem **6.5.2**, sempre que os pagamentos das obrigações trabalhistas forem quitados por meio de crédito em conta bancária, deverá ser apresentada cópia do documento protocolado pela Instituição Bancária, de modo a comprovar que o crédito foi efetivado na conta do empregado.
- 6.5.3** Documento hábil que comprove os benefícios estabelecidos na Convenção/Dissídio Coletivo vigente, informada pela **CONTRATADA**, e/ou estipulados por lei, bem como Vale Transporte e Vale Refeição.
- 6.5.4** Cópia das guias de recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, como INSS e do FGTS, relacionados aos trabalhadores envolvidos na prestação de serviços, objeto deste Contrato.
- 6.5.5** Controle de frequência dos seus trabalhadores, dirigido à Fiscalização, conforme o caso.
- 6.6** As multas decorrentes de descumprimento contratual serão descontadas do crédito da **CONTRATADA**, relativo aos serviços prestados no período subsequente ao da ocorrência se outra forma de ressarcimento não for definida pela **CONTRATANTE**.
- 6.7** No término do contrato o pagamento será efetuado somente após a verificação de pendências.
- 6.8** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste item em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais que regulem a matéria de maneira diversa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.1 A vigência do contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 01(um) ano, prorrogável por idêntico ou inferior período, limitada a 10 (dez) anos, a critério da **CONTRATANTE**, de acordo com a legislação em vigor.

7.1.1 À **CONTRATANTE** é assegurado, visando ao interesse público, o direito de exigir que a **CONTRATADA**, em qualquer hipótese de rescisão ou não prorrogação do ajuste continue a prestação dos serviços nas mesmas condições ajustadas, durante um período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção, independente da subscrição de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

8.1 O valor contratado poderá ser repactuado, mediante negociação, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

8.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

8.2.1 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quantos forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

8.2.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos decorrentes de majoração da tarifa de transporte público.

8.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação.

8.4 Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo da proposta que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

8.5 A solicitação de repactuação dependerá exclusivamente de iniciativa da **CONTRATADA**, devendo ser apresentada à **CONTRATANTE**, preferencialmente em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato gerador da variação dos componentes de custos.

8.6 As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

8.7 As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 8.8** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 8.9** A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pela **CONTRATADA** do aumento dos custos, considerando-se:
- 8.9.1** as particularidades do contrato em vigência;
 - 8.9.2** a nova planilha com variação dos custos apresentada;
 - 8.9.3** indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 - 8.9.4** a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade **CONTRATANTE**.
- 8.10** As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que poderão ser formalizadas por aditamento.
- 8.11** A **CONTRATANTE** poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise.
- 8.11.1** O pagamento retroativo do período ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.
- 8.12** Na hipótese do item anterior, o período que a proposta permaneceu sob análise da **CONTRATANTE** será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.
- 8.13** Decorrido 01 (um) ano da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório (edital), e no momento de sua prorrogação, os valores dos insumos poderão ser reajustados pelo IPC-FIPE, publicado pela FIPE, nos termos do Ato CMSP nº 1385/2017, desde que precedidas de solicitação pela **CONTRATADA**, e seus efeitos financeiros retroagirão à data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório (edital) e nos anos subsequentes retroagirão à data de aniversário da proposta.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1** A **CONTRATADA** deverá recolher a garantia da execução contratual no importe de 5% (cinco por cento) do valor total a ser contratado, em uma das modalidades prevista no § 1º, do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data de convocação para assinatura do Termo de Contrato, com exceção do seguro-garantia, conforme o disposto no subitem **9.2**.
- 9.1.1** Caso o valor do Contrato seja alterado, nas hipóteses previstas na Lei, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

9.2 Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia, a apólice deverá indicar a **CONTRATANTE** como beneficiária, e deverá ser prestada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3 Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá:

- I. Conter expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento a **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- II. Conter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
- III. Ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.4 Se a opção for caução em dinheiro ou título da dívida pública, este deverá:

- I. Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II. Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.5 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

9.6 A garantia terá validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.1.1 Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, conforme o prazo previsto no item **5.2.1** do Anexo I – Termo de Referência, limitado ao máximo de 10 (dez) dias, findo o qual poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos **subitens 10.1.4, 10.1.6, 10.1.7 e/ou 10.1.8**.

10.1.2 Multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor mensal do contrato por qualquer outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.

10.1.3 Multas conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo, durante a vigência do presente Termo de Contrato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,5% do valor mensal do contrato

TABELA 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Deixar de iniciar, suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por dia, limitado a 10 (dez) dias.
02	Deixar de apresentar a comprovação prevista no item 3.1 do Anexo I - Termo de Referência e seu subitem 3.1.1.	4	Por dia de atraso, limitado a 05 (cinco) dias.
03	Deixar de atender o disposto no item 3.5 do Anexo I - Termo de Referência.	3	Por dia, limitado a 10 (dez) dias.
04	Deixar de atender o previsto no subitem 4.3.2.1.2 do Anexo I - Termo de Referência.	1	Por dia, limitado a 10 (dez) dias, sob pena de configurar inexecução parcial.
05	Deixar de atender o disposto no subitem 4.4.5 do Anexo I - Termo de Referência.	4	Por ocorrência.
06	Deixar de cumprir o previsto no subitem 4.6.2 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por não atendimento
07	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 4.6.5 e 5.10.4.1 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por ocorrência e por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
08	Deixar de cumprir o previsto nos itens 4.7 e 4.8 do Anexo I - Termo de Referência e seus subitens.	2	Por não atendimento
09	Deixar de atender o previsto no subitem 5.5.2 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por não atendimento
10	Deixar de atender o previsto no item 5.7 do Anexo I - Termo de Referência e seus subitens.	2	Por não atendimento
11	Deixar de atender o previsto no subitem 5.8.2 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por não atendimento
12	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.8.3, 5.8.4 e 5.8.5 do Anexo I - Termo de Referência.	3	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
13	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.8.6 e 5.8.6.1 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
14	Deixar de atender o previsto no subitem 5.9.6 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por dia de atraso, limitado a 03 (três) dias.
15	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.10.1 e 5.10.2 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por ocorrência e por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias, respectivamente



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

16	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.11 do Anexo I - Termo de Referência.	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
17	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.17 do Anexo I - Termo de Referência.	3	Por não atendimento.
18	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.16 do Anexo I - Termo de Referência.	3	Por dia e ocorrência
19	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.21 do Anexo I - Termo de Referência.	3	Por funcionário e dia.
20	Deixar de atender o disposto no subitem 5.10.22 do Anexo I - Termo de Referência.	1	Por funcionário e dia.
21	Deixar de atender ao disposto no subitem 5.10.23 do Anexo I - Termo de Referência.	3	Por ocorrência
22	Deixar de atender ao disposto nos subitens 5.10.24 e/ou 5.10.25 do Anexo I - Termo de Referência.	3	Por ocorrência

10.1.3.1 A partir da 3ª (terceira) reincidência no mesmo item referente à **Tabela 2**, à multa prevista na **Tabela 1**, a Unidade Gestora poderá acrescer 50% (cinquenta por cento).

10.1.3.2 A Unidade Gestora poderá, a critério e desde que conveniente à **CONTRATANTE**, reduzir pela metade o valor da multa, em caso de primeira infração contratual praticada pela **CONTRATADA**.

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.

10.1.5 A inexecução parcial do Contrato poderá ser configurada, a critério da Unidade Gestora, entre outras, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações:

GRAU	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES
1	05 ou mais
2	05 ou mais
3	05 ou mais
4	03 ou mais

10.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.

10.1.7 Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

10.1.8 Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 10.2** As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.
- 10.2.1** No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.1.3** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.1.4, 10.1.6, 10.1.7 e/ou 10.1.8.**
- 10.3** As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.
- 10.4** As multas terão seus valores apurados na data da infração.
- 10.5** Para fins de atualização monetária das bases de cálculos que servirão para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.
- 10.6** Os valores referentes a eventuais multas aplicadas serão deduzidos do crédito a ser recebido pela **CONTRATADA**.
- 10.7** A aplicação das sanções previstas nos itens **10.1.7 e 10.1.8** deste termo de contrato requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.7.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.7.2** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 10.8** Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.
- 10.9** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTICORRUPÇÃO

- 11.1** Para execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja,

tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste ajuste, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1** Os elementos do ajuste serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizadas por meio do Programa de Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato da Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a implementação do Programa de Dados Abertos do Parlamento no âmbito da **CONTRATANTE**.
- 12.2** Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos à **CONTRATADA**, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente termo de contrato, serão dirigidos ao(s) seguinte(s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail): _____
- 12.3** Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste contrato.

E por estarem as partes de pleno e comum acordo, firmam o presente instrumento lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Paulo, de de 2025.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

RICARDO TEIXEIRA
Presidente

JOÃO JORGE
1º Vice-Presidente

ISAC FELIX
2º Vice-Presidente

HÉLIO RODRIGUES
1º Secretário

MILTON FERREIRA
2º Secretário

CONTRATADA:



VISTO:

Mário Sérgio Maschietto
Secretário Geral Administrativo - CMSP



ANEXO ÚNICO DO TERMO DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DESENQUADRAMENTO DO SIMPLES NACIONAL

A EMPRESA _____, com sede no _____, nº _____, cidade _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, neste ato representada por _____ compromete-se a se desenquadrar do regime tributário estabelecido pela Lei Complementar nº 123/06 e suas modificações posteriores, conforme preconizado na Resolução CGSN nº 140/2018 da Receita Federal do Brasil.

São Paulo, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável

Nome legível:

RG:

CPF:

Pessoa Jurídica:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00613

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

Apuração da capacidade Econômico-Financeira:

ÍNDICES	RESULTADOS
1 - LIQUIDEZ GERAL (LG) Ativo Circulante+Realizável a longo prazo ----- Passivo Circulante+Exigível a longo prazo	 ----- > ou = 1
2 – SOLVÊNCIA GERAL (SG) Ativo Total ----- Passivo Circulante+Exigível a longo prazo	 ----- > ou = 1
3 – LIQUIDEZ CORRENTE (LC) Ativo Circulante ----- Passivo Circulante	 ----- > ou = 1

São Paulo, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável

Nome legível:

RG:

CPF:

Pessoa Jurídica:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:



ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00613

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de **manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

Fica a Pessoa Jurídica, _____,
CNPJ nº _____, convocada para, a partir do dia ____ de
_____2025, dar início aos serviços objeto do Termo de Contrato nº _____.

São Paulo, de de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO